

Já entrou dinheiro para pagar o BIS

O Tesouro norte-americano creditou ontem na conta do Banco Central a segunda parcela de US\$ 200 milhões, referente a o novo bridge-loan (emprestimo-ponte) concedido ao governo brasileiro por apenas nove ou dez dias, até que o país receba entre quarta e sexta-feira da próxima semana, a primeira parcela bruta de US\$ 2,5 bilhões do empréstimo-jumbo de US\$ 4,42 bilhões concedido na última sexta pelos bancos estrangeiros.

A informação foi confirmada ontem pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ao explicar que ainda espera obter do Banco de Compensações Internacionais (BIS), da Suíça, o adiamento por mais três meses nos prazos de recebimento das parcelas de US\$ 400 milhões de um outro empréstimo-ponte concedido ao Brasil no ano passado. A primeira parcela veceu no último dia 28, mas o BIS adiou o recebimento até o próximo dia 15.

A dívida brasileira de curto prazo, referente apenas aos

empréstimos-ponte contraídos no ano passado para enfrentar a crise internacional, totaliza agora US\$ 2 bilhões 184 milhões, de acordo com os cálculos de Carlos Langoni. Deste total, US\$ 1,1 bilhão será pago na próxima semana aos bancos comerciais, por ocasião da liberação da primeira parcela do empréstimo-jumbo que eles mesmo concederam ao país. Em consequência, entrará apenas US\$ 1,4 bilhão, devido ao desconto dos US\$ 1,11 bilhão referente a empréstimos-ponte.

No final de maio o Brasil terá que pagar mais US\$ 364 milhões referentes a estes empréstimos-ponte, além de outros US\$ 728 milhões que terão que ser pagos em duas parcelas ao longo do segundo semestre, em datas que coincidirão com os desembolsos dos recursos tanto do Fundo Monetário Internacional (FMI) como dos bancos privados internacionais, dentro do empréstimo-jumbo assinado na semana passada em Nova Iorque.

O empréstimo-ponte fornecido pelo BIS será pago com a entrada dos recursos do crédito-ampliado do FMI, com ingresso previsto para o próximo dia 15. Langoni disse que os bancos privados concordaram em receber de imediato apenas 50% dos bridges concedidos ao Brasil, e, por isso, não via razões para os doze bancos centrais congregados no BIS também não concordarem com o pedido de prorrogação dos prazos por três meses. Até agora o BIS ainda não concordou.

Se persistir a posição do BIS, segundo Langoni, o Brasil terá como efetuar os pagamentos nas datas previamente combinadas, já que a parcela de US\$ 400 milhões, para a qual o país está pedindo prorrogação, representa apenas um adicional destinado a dar mais tranquilidade na execução do financiamento do balanço de pagamentos deste ano. "Esta prorrogação não é uma condição sine qua non para o Brasil operar" - explicou.